

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 103

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 074ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE AGOSTO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob o nº CTL/SEEG/091/2000, do senhor governador do Estado do Paraná, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

286/99: De autoria do deputado Nelson Justus que, autoriza o Poder Executivo a incluir 02 membros no Conselho Estadual de Educação, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.904. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 103/2000, do senhor José Pereira da Silva, diretor do DGFNAS/SEAS, substituto, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$125.000,00, sendo R\$75.000,00 referentes a despesas correntes/custeio e R\$50.000,00 para investimento/capital, relativos ao Projeto Roda Moinho. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 240/2000, do senhor Gilberto Vergne Saboia, secretário de Estado dos Direitos Humanos, comunicando convênio firmado entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Governo do Paraná, destinado ao Projeto Cidadania ao Alcançe de Todos, no valor de R\$96.000,00 (noventa e seis mil reais). **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 295/2000, do senhor Sydney Ditrich Zappa, presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação de cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 126/2000, do senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “Levantamentos Altimétricos realizados em convênio firmado entre o Paranácidade e as prefeituras municipais nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1508

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 256/2000, relativo à Mensagem Governamental nº 017/2000, que dispõe sobre o Fundo Estadual do Meio Ambiente, para nele concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos com objetivo de controlar, preservação, conservação e a recuperação do meio ambiente.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do prefeito municipal João Fernandes de Almeida, aos 66 anos de idade, ocorrido no dia 29.07.2000, no município de Nova Londrina.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Nascido no Ceará, vindo para Nova Londrina em 1954, com sua família.

Casado com a senhora Leda Soares de Almeida, deixou 06 filhos: Wilson, Osmar, Marli, Marlene, Marlei e Marceslei.

Sua vida foi dedicada a família a sua cidade profissão, onde gozava de grande respeito e carinho por todos.

Foi eleito por quatro legislaturas como Vereador, nos períodos de 1973 a 1976, 1977 a 1982, 1983 a 1988 e 1989 a 1992, presidente da Câmara Municipal por dois períodos legislativos, vencendo as eleições de 1997 para prefeito municipal de Nova Londrina, onde exerceu seu mandato com dignidade e seriedade, deixando saudades entre aos companheiros de política, pelos amigos e familiares.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de João Fernandes de Almeida, enviando votos de profundo pesar para a senhora Leda Soares de Almeida, residente à Avenida Silvestre Drach, nº 619 - CEP: 87970-000 - Nova Londrina-PR.

#### REQUERIMENTO Nº 1499

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Acomac - Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção da Grande Curitiba, pela comemoração de seus 12 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Acomac está comemorando 12 anos de sua fundação. Com mais de 170 lojas de materiais de construção associadas, esta instituição que iniciou desacreditada, com dois ou três lojistas é hoje um forte órgão de representação de seus associados, que juntos correspondem à cerca de 80% da movimentação do setor na Região Metropolitana de Curitiba.

O comércio de materiais de construção movimenta R\$28 bilhões por ano no Brasil e o Paraná responde por 7%, o que significa aproximadamente R\$2 bilhões. O setor está respondendo às oscilações da economia com trabalho. Uma pesquisa da Acomac apontou que a média mensal de vendas dos cinco primeiros meses deste ano foi menor que o mesmo período de 1999. Porém, o otimismo esteve presente na avaliação da maioria. Segundo

alguns deles, além de muito trabalho, são exigidas competência e principalmente criatividade.

A Acomac acredita e investe na profissionalização do setor já que a tendência atual é o abandono da empresa familiar, mudando definitivamente o conceito dos antigos depósitos para lojas varejistas de materiais de construção.

Para isso a Acomac definiu como regras básicas a promoção de 3 objetivos: unificação dos lojistas, integração com os profissionais (como Sindicato da Construção Civil - Sinduscon) e com as próprias indústrias. A associação está investindo também na realização de cursos diretos para donos de empresas de menor porte e profissionais de venda.

Pela comemoração gloriosa de seus 12 anos de fundação, receba a Acomac - Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção da Grande Curitiba, através de seu presidente, senhor Eduardo Balarotti (Rua Engº Rebouças, 1837, Ap. 3, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Hospital de Clínicas, pela comemoração de seus 39 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Clínicas está completando em data de hoje, 39 anos de sua fundação.

Referência sulamericana em transplante de medula óssea, nos Bancos de Ossos e de Leite e no atendimento ambulatorial adulto e pediátrico para todo o Paraná e norte de Santa Catarina, o HC possui hoje 3481 funcionários, sendo que 1946 contratados pelo Ministério da Educação. São 1086 alunos de graduação e 734 alunos com aula prática. Em curso de pós-graduação são 327. O quadro de funcionários está composto por 391 médicos, 230 residentes e 262 enfermeiros.

Dos atendimentos prestados no HC, foram realizados no ano passado 1899 internações, 896 cirurgias, 129 partos normais e 81 cesarianas. Foram feitos no mesmo ano 90.000 exames complementares. Dos atendimentos nos pronto-atendimentos a média mensal é de 3490 na maternidade e 4991 somente na pediatria.

Dos trabalhos realizados no HC, destacamos o transplante de medula óssea. Em abril de 1998, o hospital efetuou o milésimo transplante. Considerado referência internacional, é uma das três instituições brasileiras que realizam o tratamento de maneira sistemática. São realizados anualmente cerca de 100 transplantes. Em 1992, foi o pioneiro na América Latina no transplante de células do sangue de cordão umbilical.

Com relação ao Banco de Ossos, a equipe de ortopedia e traumatologia foi pioneira em transplante de

bacia no Brasil. Inaugurado em 1998, o Banco de Ossos e Tecidos Músculo-Esqueléticos mantém uma estrutura qualificada e organizada com materiais de última geração.

#### REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Dirceu Buiz Pinto Júnior, pela posse como novo juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

Sala das Sessões, em 14.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Tomou posse em Sessão Solene semana passada, o doutor Dirceu Buiz Pinto Júnior, como novo juiz do Tribunal Regional do Trabalho.

Ele vai ocupar a vaga do juiz Manoel Antonio Teixeira Filho, um dos maiores juristas da área de Direito Trabalhista no País e foi preenchida mediante promoção pelo critério de antigüidade dentre os titulares das Varas do Estado.

Natural de Porto Alegre (RS), Dirceu Buys Pinto Júnior, 45 anos, bacharelou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Fez especialização em Direito do Trabalho na Universidade de León, na Espanha, nos anos de 1995 e 1996. Há quatro anos faz parte do corpo docente das Faculdades Integradas Curitiba, ministrando aulas na cadeira de Direito do Trabalho.

A carreira jurídica profissional do magistrado teve início em 1977, quando ingressou no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, no cargo de técnico judiciário. Ingressou na magistratura do trabalho do Paraná em 1987, depois de aprovado em concurso público de provas e títulos, no cargo inicial da carreira, juiz substituto. Dois anos depois foi promovido ao cargo de juiz-presidente de Junta de Conciliação e Julgamento (hoje denominada Vara de Trabalho).

#### REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações à Associação de Amigos do HC, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de viabilizar o bom funcionamento do Hospital de Clínicas, surgiu há cinco anos, a Associação de Amigos do Hospital de Clínicas (AAHC). O objetivo inicial, em 1995, era o de arrecadar R\$300 mil reais em recursos, montante que foi superado já no final

daquele ano. Desde a sua fundação, a AAHC já arrecadou cerca de 4 milhões em doações.

A associação é formada por 45 Comissões permanentes e 12 grupos de trabalho, que buscam atender as principais necessidades de cada setor do hospital. Cerca de duas mil pessoas são associadas e realizam as campanhas de arrecadação, como a Nuit de Noel, idealizada pela instituição.

Em data de hoje, a AAHC está empossando sua nova diretoria, eleita para a gestão 2000/2001, com o objetivo de dar continuidade aos importantes trabalhos realizados ali.

#### REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Clodoveu Pires Cabral e Elza da Silva Cabral, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao professor João Casilo, alusivos a posse como cônsul honorário da Bélgica para os Estados do Paraná e Santa Catarina, que ocorreu no último dia 10 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Lourenço Pinto, 500, CEP: 80010-160, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje

votos de congratulações a Polícia Militar do Estado do Paraná - representada na pessoa do seu comandante geral - coronel Guaraci Moraes de Andrade, pelo transcurso do 146º aniversário dessa gloriosa corporação, em 10.08.2000.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Através da Lei nº 07, de 10 de agosto de 1854, foi criada a Companhia da Força Policial da Província do Paraná, sendo designado seu primeiro comandante, um capitão do Exército Nacional Joaquim José Moreira Mendonça, esta Companhia iniciou suas atividades em 05 de dezembro de 1854.

Tendo como finalidade principal e assegurar a ordem e a tranqüilidade do povo paranaense, através de policiamento ostensivo, passando ser conhecida e respeitada pela população.

A Polícia Militar teve as seguintes denominações desde a sua criação: Corpo Policial da Província do Paraná, Regimento de Segurança do Paraná, Força Militar do Estado e em 1946 como Polícia Militar do Paraná.

A Polícia Militar está diuturnamente presente, atuante e à disposição da população com dedicação, com a causa de bem servir, aliadas à vontade férrea de bem cumprir a missão de proteger os cidadãos paranaenses, não poderíamos deixar de agradecer, indistintamente a todos os policiais militares que com o seu profissionalismo, recebem o reconhecimento e o respeito da população paranaense.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência e repassada aos policiais militares do Estado do Paraná, através do coronel Luiz Guaraci Moraes de Andrade - comandante geral da Polícia Militar do Estado do Paraná - Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1401 - CEP: 80230-110.

#### REQUERIMENTO Nº 1496

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao duto Plenário, a restauração e recape da PR-082, trecho entre os municípios de Cianorte a Rondon, bem como do município de São Tomé a Japurá.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pleito deve-se ao fato de que o trecho em questão desde a muito carece de reparos urgentes.

A referida estrada encontra-se em péssimo estado de conservação, sem nenhum tipo de sinalização e que tem sido a causadora de inúmeros acidentes que podem ser evitados com as referidas obras de restauração.

#### REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Brasil Telecom S.A. Telepar Brasil Telecom, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Madalena Correa Luca, residente à Rua Santa Gema Galgani nº 21 - bairro Barreirinha, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição feita sob CPF 358.620.419-15, há mais ou menos 03 (três) anos. Sua mãe, residente no mesmo endereço, tem problemas de saúde de certa gravidade, passando mal muitas vezes, tendo que pedir auxílio para os vizinhos (telefone). O atendimento do presente pedido será um grande benefício, principalmente à noite, quando a dificuldade é maior. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 255-1261 (recados com Helena).

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1505

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores e pessoas que trabalham no Hipermercado BIG, os quais pedem policiamento ostensivo no trecho compreendido entre o Jardim Botânico e o referido hipermercado. Trata-se de uma região muito perigosa, com assaltos freqüentes às pessoas que trabalham nesta região e utilizam o transporte coletivo.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Berenice de Fátima Tabora de Oliveira, residente à Rua Alvorada nº 25 - Jardim Apucarana, que pede reparos na rua em que reside, tendo em vista a mesma encontrar-se cheia de buracos e ao chover, ocorrer a formação de muita lama. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9103-7574.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sen-

tido de atender o pedido do senhor Divonzir Bozza, residente à Rua Rouxinol nº 54 - Jardim Montparnasse, que pede reparos no anti-pó da rua em que reside, o qual está repleto de crateras. A situação é crítica, motivo pelo qual pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone de número 372-5976.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Giovanni Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

1. Esclarecimento sobre a que se refere o inciso I da cláusula primeira do Programa de Saneamento do Banestado, onde se afirmou entendimento para obtenção de R\$1,2 bilhões destinados à aquisição de ativos pelo Estado;

2. Demonstrar como foi integralizado o capital da Agência de Fomento de que trata o inciso II da cláusula primeira do contrato de abertura do crédito para saneamento do Banestado e a respectiva data;

3. Quanto representou, em custo financeiro, a aquisição dos Títulos de Alagoas, Santa Catarina, Pernambuco, Guarulhos e Osasco, e qual o custo atual destes títulos e situação;

4. Quais foram as garantias que o Estado ofereceu ao Banestado para dar cumprimento à cláusula segunda;

5. Quanto foi desembolsado pelo Tesouro do Estado para adquirir os débitos do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, referente ao inciso I da cláusula terceira;

6. Qual é a situação dos créditos do Grupo Atalla - se estão no Banestado ou em que outro organismo;

7. Qual o motivo de ter sido destacado R\$98.000.000,00 (noventa e oito milhões) para aquisição da participação societária da Banestado S/A Participações Administração e Serviços junto à Banestado Reflorestadora S/A;

8. Relacionar os bens adquiridos por tipo, quantidade, medida, valor e local (município e Estado), que não estão sendo de uso próprio do Banestado, na data de 31.03.2000, e que, pelo contrato de saneamento, seriam adquiridos pelo Tesouro;

9. Quanto, até 31.07.2000, o Banestado dispendeu em valores financeiros para cumprir o plano de demissão voluntária previsto no programa;

10. Quanto, até 31.07.2000, foi repassado ao Fundep a título de contribuição extraordinária;

11. Qual o valor destinado à aquisição da Carteira de Desenvolvimento do Banestado de que trata a letra "d" do inciso I da cláusula terceira, e se foi necessário

liquidar as operações passivas lastreadas por ativos (declinar valor(es) e data(s));

12. Oferecer cópia concedida pelo Bacen atestando a correta aplicação, segundo objeto do contrato de saneamento do Banestado;

13. Informar se o recurso de que trata o inciso I da cláusula terceira foi totalmente utilizado e, em caso contrário, informar quanto e a destinação do saldo restante;

14. Informar se o processo de avaliação já foi concluído e, em caso positivo, qual a empresa contratada, indicando nome, valor de contrato e serviço, endereço e telefone;

15. Informar qual foi a repactuação da data explicitada no parágrafo único da cláusula oitava do contato de Saneamento;

16. Informar qual a destinação das agências de Grand Caymann Island e Nova York - se foram fechadas, indicar a data, e se os prédios eram alugados ou próprios, neste caso, informar se foram vendidos e declinar valores e condições contratuais da venda.

Para termos estes processos esclarecidos não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 260/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube de Canoagem de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende declarar de utilidade pública o Clube de Canoagem de Cascavel, localizado na Rua Rafael Picoli, 44, inscrito no CGC 088.834.839-87, fundado em 1995, declarado de utilidade pública municipal pela Lei 2.896/99, tem caráter estritamente beneficente.

O Clube de Canoagem de Cascavel mantém convênio com a Prefeitura Municipal de Cascavel, que envia crianças carentes selecionadas através dos seguintes projetos sociais 1) Caom; 2) Projeto bater bola; 3) Projeto formando cidadão. Totaliza-se semanalmente instrução de treinamento da prática de canoagem de velocidade para 183 crianças, distribuídas em duas turmas A e B. Sendo 50 do projeto bater bola, 48 provenientes do

Caom, 30 do projeto formando cidadão, além de 25 atletas que integram a equipe oficial, que representa o Clube nas competições e 30 atletas que são selecionados pelo Diretor Técnico, senhor Adi Antônio Degani Reis, nas escolas de Cascavel, compondo assim a totalidade de alunos e atletas do Clube. Não se cobra mensalidade destes alunos e atletas.

O Clube de Canoagem mantém uma residência para os atletas integrantes da Equipe Oficial do Clube. Onze atletas carentes fazem três refeições diárias na residência dos atletas e seis habitam regularmente. Dois recebem material escolar. Este trabalho existe oficiosamente há quatro anos, desde a fundação do clube.

Há que se ressaltar ainda a importância deste trabalho, uma vez que dois dos atletas do Clube de Canoagem de Cascavel estão requisitados para a Seleção Brasileira (Fabio Demarchi e David Pinheiro) e já são campeões brasileiros há dois anos, tendo ambos participado do campeonato Pan-americano de canoagem.

O Clube de Canoagem de Cascavel é uma daquelas associações compostas de pessoas apaixonadas por aquilo que fazem e por esta razão se dedicam nesta atividade, deixando muitas vezes, o lado financeiro e a família, em busca de um objetivo.

Ante ao exposto, solicito voto favorável dos nobres Pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

“Excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná, doutor Jaime Lerner.

Eu, Alexandre Galvão Bueno, presidente do Clube de Canoagem de Cascavel, fundado em 1996, sediado à Rua Rafael Piccoli, nº 44, venho, por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a concessão do título de Utilidade Pública Estadual instituído pela Lei nº 6994, por se tratar de entidade dedicada à filantropia (desportiva - educativa), para o que apresenta a documentação anexa.”

#### PROJETO DE LEI Nº 261/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Remo, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Remo, fundada em 13 de junho de 1976, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizada no município de Curitiba - Estado do Paraná.

Possui caráter cultural e esportivo, de duração indeterminada, tendo por finalidade, dirigir em todo o

Estado do Paraná, o Remo, organizando campeonatos e torneios de acordo com as regras internacionais.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a Declaração de Utilidade Pública da Instituição.

#### PROJETO DE LEI Nº 262/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Mulher no município de Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.2000.

(a) SERAFINA CARRILHO

#### JUSTIFICATIVA:

A comarca de Colorado conta hoje, com mais de 40.000 habitantes, sendo destes, mais de 50% (cinquenta por cento) mulheres.

O crescente número de ocorrências envolvendo violências contra a mulher e a inexistência de um órgão específico para atender estes casos, estão a exigir das autoridades a adoção de mecanismos para coibir estes abusos.

As autoridades policiais locais, na tentativa de diminuir a violência em geral, vem desenvolvendo exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos, já que a comarca de Colorado não conta com uma estrutura adequada para prestar atendimento a toda a sua numerosa população.

Por se tratar de proposição de fundamental importância para erradicar a violência contra a mulher naquela região, encarecemos o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra primeiro orador inscrito, Deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, até para reparar algumas afirmações que foram feitas de ontem para cá, em função da não presença de alguns parlamentares nesta Casa na sessão de ontem. E, em diversas conversações que tivemos, inclusive hoje por ocasião da realização da CCJ, em muitas oportunidades se dizia que a ausência, ontem, neste Plenário, foi dos deputados da Oposição.

Quero dizer naquilo que se refere à minha pessoa e evidentemente posso afirmar isso também em nome do deputado José Maria Ferreira - já que ambos integramos o Bloco de Oposição nesta Casa, que chegamos a esta Casa por volta das 15h15min, vindos de Florianópolis, onde fomos cumprir incumbência determinada por Vossa

Excelência, de representarmos o Poder Legislativo do Estado do Paraná em reunião envolvendo os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o Prodam, com o Senado Federal, com vistas à apresentação, à discussão do Interlegis, ou seja, da informatização das Assembléias em parceria com o Senado Federal com o Prodam.

Devo dizer a Vossa Excelência que fizemos todo o esforço para que aqui pudéssemos chegar às 14h30min. Mas, infelizmente, de Florianópolis a Curitiba temos apenas dois vãos no período matutino e antes das dez da manhã e depois só às 14h12min, não sendo possível, portanto, chegar aqui antes das 15h15min. Por esta razão, senhor presidente, é que comparecemos aqui para fazer essa justificativa dos motivos que nos levaram a não estar aqui no dia de ontem durante a Sessão Plenária. E dizer mais, aproveitando que estou na tribuna, dizer que entendemos muito importante este Projeto Interlegis, desenvolvido pelo Senado Federal, pelo Prodam.

Lá estava o senador Ronaldo Cunha Lima, secretário geral daquela Casa Legislativa Federal, lá estavam diretores do Prodam e diretores desse Programa Interlegis, que visa, justamente, dotar a nossa Assembléia Legislativa de uma sala especial onde possamos realizar teleconferências, onde computadores e todos os equipamentos ligados à nova era da informática mundial poderão estar ali a disposição, não só de nós, os parlamentares, mas de toda a sociedade paranaense e brasileira, para que possamos acompanhar e participar, inclusive, dos debates que acontecem a nível de Senado, para que possamos, através desses equipamentos, dessa interligação através da informática da Assembléia Legislativa com o Senado Federal, termos presente e à disposição nossa, 24 horas por dia, todas as informações daquilo que acontece no recinto do Congresso Federal e em especial no Senado, e teremos todas as informações legislativas que precisamos, até como suporte ao nosso trabalho enquanto legisladores estaduais.

Entendo, portanto, que é de fundamental importância que a Assembléia do Paraná possa participar desta parceria com o Senado Federal, como entendo também - e já dissemos isso em outras oportunidades - que nós, enquanto Assembléia Legislativa do Paraná, deveremos buscar, na medida em que os recursos desta Casa permitirem, na medida em que a discussão se aprofundar e todos os aspectos forem analisados, que temos que caminhar para uma completa informatização desta Casa, dotando-a de uma estrutura de informática capaz de atender às necessidades do dia-a-dia que vivemos hoje, e neste sentido, posso afirmar aos senhores deputados que a entidade que presidimos e da qual todos os senhores fazem parte, a Unale, vem desenvolvendo através da sua equipe técnica, um amplo estudo e um profundo projeto intitulado SCI 2000, também denominado Prólegis, onde todas as Assembléias Legislativas poderão se colocar nesta condição de informatizadas e interligadas entre si,

trocando experiências e informações que são fundamentais para o nosso trabalho.

Devo registrar que estivemos em Santa Catarina acompanhados do Claudinho, que é assessor e funcionário desta Casa na área da informática e do Paulo Cristo, que é assessor do deputado José Maria que lá permaneceram todo o dia para ouvir as palestras, se munir dos documentos, dos informativos, das informações que foram distribuídas no período da tarde e certamente estarão eles mais qualificados do que nós para relatar aos senhores parlamentares e ao presidente desta Casa aquilo que vimos ontem em Santa Catarina, na reunião promovida em parceria com a Assembléia catarinense e o Senado Federal, onde se colocou a importância e o que se pretende fazer com a interligação através da informática do Senado Federal com as Assembléias Legislativas do Brasil e também com as 5.500 Câmaras de Vereadores de todo o País.

Era isso que gostaria de colocar, para justificar a nossa ausência e a do deputado José Maria Ferreira na sessão de ontem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças: PL. PST. PSL. PDT. PT. PPB. PFL. PSDB.

(**Declinam**)

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer constar nesta sessão, uma matéria publicada na Gazeta do Povo de hoje, e que será motivo de um requerimento à Mesa, que traz o aumento da violência no trânsito no Estado. Trezentas e trinta e três pessoas teriam morrido no trânsito somente nos seis primeiros meses. E, o motivo do requerimento que vou apresentar, se deve ao fato de termos aqui em Curitiba uma vigilância eletrônica no trânsito. E os técnicos, quando da instalação da vigilância eletrônica, tinham como pauta, ou seja, o objetivo era diminuir o número de mortes no trânsito e aumentou.

Isto significa que a batalha que tivemos aqui na Assembléia com o então presidente Anibal Khury era real. Mais uma vez a visão política está muito além da visão do técnico!

Então, fica aqui meu registro que aquele debate que a Assembléia teve com relação às multas eletrônicas, agora vem registrar um número trágico: 333 pessoas morreram, mesmo o trânsito curitibano sendo vigilante o tempo todo com a vigilância eletrônica.

Então, é preciso, senhor presidente, orientar e educar e não apenas arrecadar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

No Horário destinado ao PSDB, concedemos a palavra ao deputado José Maria Ferreira.



O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados.

Está vindo a esta Casa e à sociedade paranaense quase que semanalmente, agora, a questão do Banestado Leasing. Volto ao assunto, por entendê-lo da maior significância para a própria história e o próprio comportamento desta Casa.

Alguns deputados que hoje tomam assento neste Plenário não participaram da votação do projeto de lei e depois da lei sancionada nº 11.961, não participaram do projeto de lei e mensagem do senhor governador, depois transformada na lei 12201 e também, igualmente, mensagem do senhor governador, lei 12602.

No segundo semestre de 1977, aportou a esta Casa com sentido de saneamento do banco, nosso Conglomerado Banestado, uma mensagem do governo que dizia o seguinte: “autoriza refinanciamento de dívida de responsabilidade do Estado a contratação de financiamentos, adquirir ativos e assumir passivos do Banco do Estado do Paraná S/A a alienação de ações, dá nova redação a Lei 11.253 e outras providências”.

Neste momento, deputado Edno Guimarães, Vossa Excelência que aqui estava nesta Casa e o Paraná conhecia e ficava tendo ciência de que o Banestado estava quebrado e que nós precisávamos fazer o refinanciamento do Banestado para poder salvar esta grande instituição que o Paraná possui há mais de 70 anos.

Com poucas explicações, deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência que estava aqui e foi um dos oradores quando da aprovação deste Projeto, em que abria um crédito de 1 bilhão, 460 milhões de reais para salvar a nossa instituição e Vossa Excelência, sendo um dos componentes desta Casa e também oriundo desta instituição, teve um grande desempenho e até por conhecimento de causa, ele destinava 475 milhões de refinanciamento, 575 ao resgate do FDE e 410 milhões para compensação de variações de pagamento do Pró-Agro, 840 milhões eram previstos para o Banco fazer o saneamento. E o financiamento ficaria com 580 milhões, sendo 50% destas ações e 260 milhões para o Banco do Estado do Paraná e 260 milhões para a Caixa Econômica Federal. Este foi o primeiro projeto de uma série de três que veio a esta Casa e neste projeto não se falou em privatização, em federalização ou em transferência do controle do Banco do Estado do Paraná ou conglomerado para a mão de terceiros. Em seguida vem a esta Casa a mensagem do senhor governador e que depois de sancionada levou o número 12.201, aí de um bilhão e 460 milhões que era o valor naquele momento para sanear o Banestado que ela já estava em três bilhões 750 milhões e mais 350 milhões, isto de empréstimo, e mais 350 milhões que seriam aportadas com ações da Copel junto ao Banestado para que nós viéssemos ter resgatado este banco.

Mas, ainda, deputado Basílio Zanusso, não fala na privatização do Banestado. Discutiu-se aqui que em seis meses o valor saltou de um bilhão 460 para 4 bilhões e

100 milhões. E foi uma discussão muito grande dentro desta Casa e que mereceu a atenção de todos os senhores deputados. Já no final do primeiro semestre do ano seguinte vem a esta Casa uma mensagem do senhor governador em que no seu parágrafo 4º diz o seguinte - para cumprimento do parágrafo 3º deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a alienar qualquer ativo que tenha recebido em virtude do encerramento do Banco do Estado do Paraná inclusive bens móveis e imóveis. Quinto - a gestão dos ativos e demais atribuições que foram conferidos ao Poder Executivo pelos parágrafos anteriores deste artigo, observados os limites, prazos e condições a serem estabelecidos por decreto poderá ser transferido para pessoas de direito público ou privado, mediante licitação. Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução ou em garantia junto a órgão do Governo Federal ou ao Banco do Estado do Paraná ações que detinham na Copel no valor de 450 milhões, já não eram mais 350 milhões do projeto anterior e neste nós já viamos a autorização para que o Banestado fosse vendido. E capeava a mensagem do senhor governador um plano de saneamento do Banestado em que dizia entre outras, vou pegar os dados mais importantes, recursos para o FDE, recursos para o fundo de compensação e variação salarial do sistema financeiro de habitação no valor de 317 milhões, securitização de títulos no valor de 49 milhões, crédito tributário no valor de 330 milhões, fundo de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, o FDE, no valor de 200 e poucos milhões, um FDE da reflorestamento de 98 milhões 259 e a carteira de fomento de 600 milhões que deveria ser resgatado daqueles créditos de difícil liquidação ou de baixa remuneração. E uma provisão para operação de rolamentos sucessivos (?) de 425 milhões.

Mas o que chama a atenção, depois gostaria de explicar, é a contribuição extraordinária para o Fundef que aqui temos uma contribuição extraordinária para o Fundef da ordem de 253 milhões e um adicional ao Fundef de 294 milhões eram previstos nesta acostada (?) mensagem do senhor governador.

Reclamamos por meses seguidos e por várias vezes, este deputado e outros deputados da Oposição, buscou aprovação deste plenário para que nós pudéssemos conhecer, senhor presidente, o termo de contrato de abertura de crédito e compra de ações sob condição entre o governo federal, o Banco Central, o Banestado e o Estado do Paraná. e o importante é que depois de muito tempo nós temos esses dados na mão, buscamos na CAE, Coordenadoria de Assuntos Econômicos do senado federal, e ela confirma alguns valores de que capeou a mensagem do senhor governador, entre eles já este valor de duzentos e noventa e quatro milhões do Fundef, que aqui toma outro caminho e que nós não encontramos aonde é que ele foi colocado. Na cláusula 3ª ele destina dois bilhões, quinhentos e cinquenta milhões à capitalização do Banestado com a destinação a seguir: cem milhões para o plano de demissão voluntária, duzentos e cinquenta e três

milhões para a contribuição extraordinária do Fundef, este o valor efetivamente integralizado junto ao Fundef, e um bilhão novecentos e três milhões destinada a recomposição patrimonial do Banestado, e na letra D, duzentos e noventa e quatro milhões de reais para cobertura de ajustes que se fizerem necessários, ouvido o Banco Central quanto a sua destinação.

Ora, na mensagem ele era explícito que esses duzentos e noventa e quatro milhões iam ao adicional atuarial do Fundef; em contrapartida quando firmou, o governo, o contrato junto ao Ministério da Fazenda e o Banco Central, deputado Alborghetti, ele não mencionou e deixou na generalidade. Ocorre que até a presente data não foi integralizado os recursos do Fundef. E isto tudo serviu para que? Para que nós pudéssemos tampar o buraco da Banestado Leasing, da Reflorestadora. E aí, sem conhecimento, eu quero crer inclusive da própria bancada do governo, sem saber, sem ter condições de fazer uma análise de um voto coerente, aqui não estamos querendo buscar que vote contra o governo, muito pelo contrário; mas estamos buscando conhecer os dados para onde foram direcionados quatrocentos milhões de reais da Banestado Leasing, deputado Alborghetti. Por exemplo, a operação Aracaju, hoje o Ministério Público sobejamente sabe que foi uma falcatura que não tem como você sentir e dizer que não foi uma barbaridade que se cometeu contra o erário público do Estado do Paraná.

A Aspen, aonde foi emprestado oito milhões de reais, senhor presidente, e não se teve o mínimo cuidado de conhecer se a empresa tinha ou não capacidade para restituir esse patrimônio ao governo do Estado, aonde foi feito uma penhora sessenta dias, foi se habilitar no cartório de registro para uma penhora sessenta dias depois de ter liberado o recurso, aonde outros que também emprestaram se habilitaram com antecipação. E hoje o Banestado, a Banestado Leasing, para poder recuperar, ou para que não tenha perdido 100%, recebeu dois milhões e cem de um valor, me permita a leitura senhores deputados. Isso aqui é uma ata do Banestado a respeito da Aspen, Parque, Empreendimentos e Participação Ltda. Considerações dos GAF: “Na hipótese do Banestado vir a aceitar a proposta do cliente reaplicando o seu valor proposto de dois bilhões e cem na carteira de leasing hoje, em 2,5% ao ano, desconsiderando a TR, teríamos os seguintes valores, a prazo: oito milhões, valor liberado, 55 meses depois ele valeria 10 milhões e 500 mil reais valor corrigido pela TR; 66 meses depois o valor seria de 12 milhões, 984 mil reais, corrigidos do TR. Em 74 ele ascenderia a mais de 13 milhões de reais. Mais de 13 milhões de reais foram cobrados dois milhões e cem. Por quê? E a diferença? Pela irresponsabilidade. Além do caso e da operação Aracajú, temos Aspen, temos mais três que já estão ajuizados e outras 29, que são de conhecimento do deputado Nereu Moura, mostrando que não se pode, hoje, privatizar.

O conglomerado Banestado, antes que conheçamos por inteireza, no totum as operações realizadas e as

falcaturas feitas em nome do povo do Paraná e em nome, inclusive, do apoio que essa bancada do governo deu ao governo. Mas tenho a absoluta certeza, nenhum dos senhores deputados que votaram favoráveis à privatização do Banestado, tinham antes conhecimento destas ações, do valor, que se estava, em prejuízo as nossas instituições financeiras. Precisamos, hoje 17 milhões para colocar na agricultura, deputado Orlando Pessuti e o Estado do Paraná reticente, em bancar esse recurso, porque não possui. E, agora, estamos vendo 400 milhões colocados, mal empregados e com cheiro, primeiro, de leviandade e, depois, porque não dizer de falta de responsabilidade para com a coisa pública.

Presidente, o senhor permite-me uns minutos a mais?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Por solicitação do líder das oposições, Irineu Colombo, concedemos o horário da liderança das oposições, ao deputado José Maria, para que ele possa prosseguir no seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É evidente que antes mesmo de Vossa Excelência ter solicitado, já estamos cedendo o horário das oposições, da situação, de todos, porque o assunto é realmente bastante palpitante.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço a sua compreensão senhor presidente, e à oposição, pelo tempo que me cedem.

Recentemente, em março, o governo, através do Banestado publica um balanço no dia 31, deste ano, em que ele traz nas suas demonstrações contábeis não sou eu quem falo, do próprio governo do Estado que está aqui, nas páginas 22 e 24, estão muito bem explicitadas. No item 07, operações de arrendamento mercantil e provisão para operações de arrendamento mercantil e liquidação duvidosa consolidado. Temos um patrimônio na Banestado Leasing de 734 milhões e 335 mil. Desses 734 milhões, hoje, só estão na carteira da Banestado Leasing apenas 177 milhões, 354 mil. De 734 aí a grande pergunta, o deputado Alborghetti pergunta aonde foi esse dinheiro: em provisões não recebidas, 557 milhões e não sou eu que vou dizer o estoque de operações de arrendamento mercantil baixado nos últimos 5 anos, portanto dentro do período governamental do senhor Jaime Lerner, controladas em contas de compensação, apresentam um valor atualizado, sem impacto de resultado de aproximadamente 557 milhões, em data de 31 de março de 2000, apresentando a seguinte movimentação: adições por baixa, com provisão, 542 milhões. O Estado já deu baixa por não condições de receber em 542 milhões. Adições, por baixa contra provisão, mais 22 milhões e aí ele conseguiu receber uns trocados debaixo de renego-

ciações na ordem de 20 milhões. Totalizando um prejuízo, dentro da Banestado Leasing da ordem de 557 milhões e 41 mil reais. Deste valor, o governo através daqueles títulos podres de Alagoas, Guarulhos, Santa Catarina, Osasco e Pernambuco, ele recuperou 148 milhões que são os valores que foram transformados aqueles títulos do Estado de Pernambuco. Aqueles títulos do Estado de Pernambuco o governo os constituiu em títulos, o governo federal, constituiu em títulos bons e colocou na tesouraria do Banestado. Então nós temos, só ali, só nesta conta, prejuízo de 377 milhões.

Isto baixado dos 500 e poucos em função de intervenção do governo federal. Agora o que nos assusta e o que realmente vamos perceber que não é só uma questão de má gestão mas uma questão de ausência de gestão da coisa pública é o demonstrativo que faz o Banestado, nas notas explicativas das demonstrações financeiras, dos 177 milhões e 294 mil reais fora aqueles 577 que já sobraram ficou contabilizado, na carteira do Banestado Leasing, 177 milhões 294 mil. Destes 160 milhões estão vencidos há mais de 360 dias e eles são de difícil liquidação. O restante, que está em dia, são 919 mil reais. Ora, uma instituição que foi a 3ª e a 4ª do País em empréstimos de contratação de leasing, chegar a uma situação dessas, chegar a liquidar num valor de 177, na realidade com menos de 360 dias, na realidade ela tem apenas 17 milhões! Nós estamos vendo que é impossível privatizar o banco segundo uma situação como essa se apresenta. E aí nós vamos observar, no contrato sonega a esta Casa, que eu acho que poucos dos senhores deputados têm acesso a este contrato: 98 milhões para aquisição da participação societária da Banestado S/A, participações e administrações de serviços junto a Banestado Reflorestadora. Ora, nós tivemos uma dificuldade com a Banestado Reflorestadora e o deputado Vanhoni, desta Tribuna, denunciou, lá em 98, há dois anos atrás. E nós observamos agora que toda aquelas denúncias que faziam aqui os deputados de oposição e que fizeram aqui e fizeram em praça pública os representantes dos funcionários do Banestado. E hoje está consubstanciada neste termo que o Banestado assinou com o Ministério da Fazenda e o próprio Bacen.

Não dá para continuarmos avalizando uma operação que só mostra prejuízo, danos ao erário público do nosso Estado e não tem como esclarecer essa situação. A não ser que nós “*hablamos*”. Não é o senhor secretário daquela tribuna que vai tentar fazer desta Casa agência de engodo, mas sim vir aqui e mostrar o disparate que está o Banco do qual ele é presidente do Conselho de Administração.

É impossível hoje fazer a privatização do Banestado, sem antes conhecer esses graves problemas que o Banco vive e que está a espelhar em seus balanços, em seus relatórios e nas suas notas explicativas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta a Liderança do Governo se fará uso do seu Horário.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que cria o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no Extremo Oeste do Paraná, liderado pelo município de Medianeira, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/99, de autoria do deputado Edson Praczyk, que proíbe depósitos prévios para internação em hospitais públicos e privados e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Medianeira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no município de Medianeira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de São Pedro do Iguaçu, imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza a criação de Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 184, de 01.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 629/99

**P A R E C E R :**

De autoria do senhor deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Ciretran no município de Marialva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontrou que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 629/99

**P A R E C E R :****Relatório**

De autoria do senhor deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar através do Departamento de Trânsito - Detran, a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marialva.

**Fundamentação**

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da referida Ciretran no município de Marialva, facilitando o atendimento a população e trazendo melhora e eficiência na realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 632/99, autoria do deputado Ademir Bier, autoriza o Poder Exeutivo a criar a Região Administrativa Médio Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 185, de 02.12.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 632/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Região Administrativa de Médio Oeste.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 632/99

O projeto de lei passa a ter a seguinte redação:

“Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa de Meio Oeste.”

Sala das Comissões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2000, de autoria do deputado Ademir Bier e outros, dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dados constantes no Diário Oficial do Estado do Paraná na Rede Mundial de Computadores (Internet) e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 072, de 07.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 186/2000

**P A R E C E R :****Relatório**

De autoria do deputado Ademir Bier e outros, o projeto de lei em apreço pretende dispor sobre a obrigatoriedade da disponibilização de dados constantes no Diário Oficial do Estado do Paraná e na Rede Mundial de Computadores (Internet) e dá outras providências.

Publicada em 07.06.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais,

legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

### Fundamentação

Tal propositura foi apresentada face ao desenvolvimento tecnológico em que estamos inseridos, aliado ao legítimo direito da população a ter acesso as informações constantes do Diário Oficial do Estado.

### Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 186/2000, na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 1496, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1499, 1500, 1501 e 1502, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1503, 1504, 1505, 1506 e 1507, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1508, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1510, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativo.

Requerimentos nºs 1511 e 1512, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1509, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, Pela Ordem.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O requerimento de Vossa Excelência esta em Regime de Votação. Passou a discussão, passou a votação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado José Maria Ferreira, permaneçam como estão.

### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pediria a gentileza de Vossa Excelência, porque o Plenário não conhece o teor do Requerimento.

Como entendi que o Líder do Governo iria pedir para discutir para deixar para amanhã, eu não ia pedir a palavra. Mas, agora, então que Vossa Excelência pedisse ao secretário que fizesse a leitura do termo do requerimento.

### O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para não ferirmos o Regimento, peço para discutir e adiarmos para amanhã.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a Vossa Excelência porque realmente não iria ler o requerimento depois que passou o processo de discussão, de votação. Mas, acho que acomodamos assim tranquilos a discussão para amanhã.

Nada mais havendo a tratar, delcero encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 054,055, 195 e 220/2000.

3ª DISUCSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 629/99, 656/99 e 186/2000; e  
do Projeto de Lei Complementar nº 632/99.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2000.

Levanta-se a sessão.

### Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 026/2000 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

### R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

Redução da Despesa		
Código	P/A	Valor
33902800	2000	80.000,00

Acréscimo da Despesa		
Código	P/A	Valor
33903400	2000	80.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.08.2000.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

Deputado Hermas Brandão - 1º Secretário